



RESOLUÇÃO Nº. 5 – CONSU, DE 7 DE MAIO DE 2015.

Acrescenta o parágrafo único ao art. 18 e, os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 21, ambos, da Resolução Nº 13 – CONSU, de 05 de junho de 2014, que estabelece normas de funcionamento das reuniões do Conselho Universitário da UFVJM.

O Conselho Universitário da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), órgão normativo, consultivo e deliberativo da administração superior no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias e, tendo em vista a Recomendação de nº 2/2015, Procedimento Preparatório Nº 1.22.011.000052/2015-29, do Ministério Público Federal da Procuradoria da República no Município de Sete Lagoas, na pessoa do Procurador da República, Antônio Arthur Barros Mendes;

CONSIDERANDO as várias indicações dispostas no supracitado documento, recomendou que “adotem as providências para, também em prazo razoável, promover as modificações necessárias na regulamentação de funcionamento interno do Conselho Universitário e de outros órgãos colegiados que tenham as competências administrativas para decidir sobre as matérias referidas no disposto no art. 50 da Lei n. 9.784/99, de forma a que passem a ser adotadas as determinações legais ali estabelecidas, ressalvadas as situações em que tais disposições conflitem com eventual legislação especial sobre determinada matéria;”

CONSIDERANDO a necessidade de observância da previsão legal disposta no art. 50, caput, e inciso V, da Lei nº. 9.784/99, senão vejamos:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

(...)

V - decidam recursos administrativos;

(...)

CONSIDERANDO que os conselheiros, conforme constante na 116ª ata, da 30ª sessão extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, realizada em 24 de março do ano em curso, deliberaram pela realização das adequações abaixo expressas;

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar o parágrafo único ao art. 18 da Resolução Nº 13, de 05 de junho de 2014, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. Quando cabível, a apresentação de parecer e de encaminhamentos sobre cada assunto de pauta será realizada pelo respectivo relator.

Parágrafo único. O parecer do relator deverá conter os seguintes itens: histórico, mérito, conclusão e voto.

Art. 2º Acrescentar os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 21 da Resolução Nº 13, de 05 de junho de 2014, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. A votação poderá ocorrer da forma simples com posicionamento aberto, da forma nominal ou da forma secreta, adotando-se a primeira sempre que uma das duas outras não seja decidida pelo plenário.

§ 1º - Nas sessões que importem em julgamento e decisão de recursos administrativos, o voto de cada Conselheiro deverá ser nominal e motivado, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

§ 2º - A motivação deverá ser explícita, clara e congruente, nos termos do § 1º, do art. 50 da Lei nº 9.784/99.

§ 3º - Nos casos de motivação de decisão oral, proferida pelos conselheiros, a mesma deverá constar da respectiva ata da sessão.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo CONSU.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação por este Conselho.

Diamantina, 7 de maio de 2015.

Prof. Pedro Angelo Almeida Abreu
Presidente do CONSU/UFVJM